



O GENOCÍDIO INDÍGENA DESDE 1500 E A RESISTÊNCIA POR MEIO DA UNIVERSIDADE

Flávia Marinho LISBÔA¹

Resumo

O genocídio das populações indígenas desde a colonização do território hoje chamado Brasil não cessou até os dias atuais, considerando as atualizações das estratégias implantadas pelo governo brasileiro para manter em curso a dominação e “defasagem” desses povos, considerando as perspectivas de biopoder/biopolítica de Foucault. Na busca por sobrevivência, por outro lado, os povos indígenas resistem ao longo de toda a história desse país e nos últimos anos o ingresso no ensino superior tem sido uma das formas de instrumentalização contra o projeto genocida. Com o referencial teórico-metodológico dos Estudos Discursivos Foucaultianos em diálogo com os estudos decoloniais, o trabalho apresenta a busca pela graduação como práticas de resistências dos povos indígenas, o que se reverbera também entre os indígenas Gavião, que vivem na Terra Indígena Mãe Maria, no sudeste paraense.

Palavras-chave: Graduandos Indígenas, Gavião, Resistência, Universidade, Amazônia.

O genocídio dos povos indígenas em curso desde 1500

O genocídio das populações indígenas desde a colonização do território hoje chamado Brasil não cessou até os dias atuais, considerando as atualizações das estratégias implantadas para manter em curso a dominação e “defasagem” desses povos. Os Gavião² não ficam de fora dessa lógica colonial e é possível destacar pelo menos dois importantes momentos em que se intensificaram os efeitos do contato entre as

¹ Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: flaviamlisboa@gmail.com.

² Os indígenas Gavião vivem na Terra Indígena Mãe Maria, dedicada a eles desde 1943. Apesar de receberem o etnônimo “Gavião”, tratam-se de diferentes grupos de origem Timbira: Parkatejê, Kyikatejê e Akrâtikatejê. Depois de reunidos na TI Mãe Maria, os Gavião passam por novas reorganizações, chegando a um número de dezesseis aldeias até 2018, segundo Ribeiro Junior (2018, p. 56-57).

frentes de expansão e os indígenas na mesorregião sudeste do Pará (sul e sudeste do estado do Pará).

O primeiro foi no século XVII com as políticas da coroa portuguesa para expandir projetos de agricultura na região como estratégia de defesa do território amazônico contra invasão de outros países europeus. E o segundo momento aconteceu no ciclo da borracha, seguido da exploração de garimpos, acentuando-se a partir dos anos 1960 quando essa região começou a receber uma acelerada migração de pessoas de todo o Brasil em função de uma política econômica que passou a implantar grandes projetos na Amazônia Oriental.

Após os anos da coroa portuguesa exterminando deliberadamente os indígenas, como plano político de ocupação do território, as tomadas de posicionamento governamental para com os indígenas no Brasil República passam a ser no sentido de administrá-los, controlá-los, inicialmente por meio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, mais tarde, a Fundação Nacional do índio (FUNAI).

A atuação desses órgãos implica em certa medida relações belicosas entre indígenas e o Estado e não poderia ser de outra forma, considerando que esses departamentos foram instituídos como estratégia governamental para estender a dominação sobre os indígenas travada a partir de 1500, bem como a relação de tutela que o Estado teima em manter e a própria noção de terra indígena na perspectiva de que está para o uso, mas não “propriedade”. Para essa ideia de extensão da guerra contra os indígenas na atualidade, inspiro-me nas reflexões que Foucault faz sobre os normandos, sobre o que seria a política em um Estado com história de “conquista”: a continuação da guerra. “Tem-se - dizem os Diggers - a prova de que o governo, as leis, o estatuto da propriedade são, no fundo, apenas a continuação da guerra, da invasão e da derrota... Lei, poder e governo significam a guerra, a guerra de uns contra os outros” (FOUCAULT, 2010, p. 91).

Não perder de vista que a dominação europeia é uma ação imperial para ampliar seus domínios territoriais, alerta-nos para o fato de que a tomada do território hoje chamado Brasil nada mais foi do que o roubo dos territórios indígenas, imputando aos nativos a condição de inimigos de guerra, um povo “conquistado” por meio da extinção/ aniquilamento a partir de 1500 e que nunca cessou, ressaltando os refinamentos ocorridos na forma como o genocídio se perpetua na atualidade.

Um exemplo simbólico dessa continuidade da guerra instaurada contra os indígenas na colonização é a criação do Ministério da Guerra no Brasil, que, não por

coincidência então, era a pasta responsável por administrar o SPI. Lembrando que o SPI era o órgão destinado a gerir as políticas e quaisquer ações voltadas para os indígenas, ações essas sempre atualizadas ao longo do tempo em prol das hegemonias brasileiras.

As políticas públicas em relação às sociedades indígenas, desde o início do período colonial, estiveram bastante comprometidas com regimes de exploração e violência, organizadas a partir de diferentes estratégias, que procuraram interferir e silenciar as práticas culturais destes povos. Se a princípio estas iniciativas eram ditadas pelos interesses da coroa portuguesa, o Império e a República do Brasil, sem muita hesitação, em nome do desenvolvimento e da integração do país, deram prosseguimento a este sistema (NEVES, 2015, p. 21).

Acreditamos que esses delineamentos dados aos povos indígenas ao longo da história no Brasil devem ser lidos como ações de Estado, políticas governamentais em associação aos interesses econômicos, o que é condizente às formulações de Foucault sobre colonização e racismo: “a hierarquia das raças (...) vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros (FOUCAULT, 2010, p. 214).

Nesse sentido é que enxergamos a governamentalidade sobre o indígena com objetivo na defasagem desses grupos étnicos, assim como outros grupos desprestigiados da sociedade. “É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição etc.” (FOUCAULT, 2010). Desse modo, a governamentalidade sobre os indígenas é feita nos vários âmbitos de suas vidas (saúde, segurança, território etc.) para perecerem.

Com essa percepção, justifica-se então o porquê de as políticas indigenistas serem tão dúbias e não expressarem grandes fôlegos para esses sujeitos. Não sendo então esse posicionamento um equívoco, uma falha, mas a forma mesmo de governar o povo derrotado para não acumular forças expressivas ao ponto de se tornar novamente uma ameaça bélica. Converte para esse direcionamento a dificuldade dos povos indígenas terem suas terras demarcadas e mesmo quando a demarcação é feita recai sobre elas constante ameaças; da insistência para a necessidade de tutela dos “índios”, para serem administrados por esse governo; da falta de políticas com potencial para fortalecer sua cultura e línguas como fatores que os evidenciam povos independentes;

das quase inexistentes tomadas de ações emancipatórias desses povos, condicionando suas existências às migalhas cedidas pelo governo brasileiro em políticas públicas, tornando isso um motor desse círculo vicioso da dependência e condição de vulnerabilidade.

Ao longo dos últimos anos, os indígenas continuam tendo que negociar interesses do grande capital, para implantação de grandes projetos e essas estão entre as maiores ameaças que assolam os Gavião na atualidade, refletindo entre os Gavião diferentes formas de entender as relações com a economia, com a sociedade nacional e com os interesses sobre suas terras, situações essas as quais já vinham sendo estudadas nos anos 70 pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, que, considerando também a situação de diversos outros povos indígenas na Amazônia, desenvolveu a teoria de “fricção interétnica” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972, p. 3).

A atualização das práticas de resistência indígena

A resistência indígena se mantém e se atualiza com práticas conscientes da importância de ocupar espaços e posições com poder de decisão, processos nos quais o ensino superior tem relação direta na opinião dos próprios caciques, como salientam nos recortes a seguir, retirados de Lisbôa (2019).

Nós temos esse legado, que nosso grande pai Krohokrenhum nos deixou, foi justamente uma porta aberta para a universidade, para a educação, do conhecimento. Foi o que ele sempre esperou e eu também espero isso: que os jovens indígenas que hoje estão cursando na universidade busque sabedoria [para] garantir o futuro da comunidade, garantir os seus direitos (...) Os cursos que são voltados para a comunidade: enfermagem, direito ... (Informação oral do cacique Akroiarere Parkateje Teprame, durante entrevista do trabalho de campo na aldeia Parkatêjê, em 2017).

Nós temos que estar lá, se incorporar na sociedade, no ensinamento do branco, mas o espírito está aqui (...) Nós ampliamos nossos conhecimentos, que foi uma troca com a sociedade branca, com a escola do branco (...) Nós quer ver mudança em vocês, mas uma mudança que venha ajudar a comunidade a caminhar e enxergar um olhar maior (...) precisamos de um indígena pra ocupar uma cadeira, que nos defenda, para que ele esteja lá dentro do congresso defendendo nossos direitos, nos fortalecendo (Informação oral da cacique Kátia, durante entrevista do trabalho de campo na aldeia Akrätikatêjê, em 2017).

Nosso espaço nós já temos. Agora precisamos desses outros espaços para ir nos fortalecendo. E estamos buscando, assumindo a Funai,

administrando a Sesai, como já está acontecendo, e esses passaram pela universidade. Quando eu corri atrás de buscar esse direito, em busca das vagas [reserva de vagas na UFPA em 2009], eu pensei que meu povo, a juventude precisava buscar esse conhecimento para se fortalecer de igual pra igual com os brancos, os vizinhos (Informação oral do cacique Zeca Gavião, durante entrevista do trabalho de campo na aldeia Kyikatêjê, em 2019).

É muito latente a preocupação que todos os caciques entrevistados manifestam de o membro da comunidade não perder sua identidade por conta dos conhecimentos adquiridos na universidade, no mundo dos brancos. Todos esperam também que esse conhecimento venha em benefício à comunidade, em fortalecimento do povo nas permanentes tensões vivenciadas pelo povo Gavião.

Com todas essas mudanças impostas aos Gavião ao longo do tempo, de sua sobrevivência girar em torno da defesa e negociação de seus territórios pela cobiça de empresas e a sociedade nacional de forma geral, a necessidade de se apropriar dos conhecimentos do branco para lidar com ele tornou-se imperativo. Essa necessidade explica a crescente exigência dos indígenas pela educação dos não-indígenas e, a partir do fim século XX, especificamente pela educação de nível superior.

Assim, a insistência desses alunos em entrar na universidade deve ser entendida como um ato de resistência, no sentido de buscar fortalecer formas de garantir a existência indígena, conforme nos fala Mato (2016, p. 109):

La educación es fundamental para el ejercicio de otros derechos humanos, indispensable para lograr el pleno disfrute de otros derechos y libertades fundamentales. En el caso de los pueblos indígenas, constituye el principal medio para alcanzar el desarrollo individual y colectivo y está ligada a dimensiones mentales, físicas, espirituales, culturales y ambientales. Es la principal vía para que los pueblos indígenas puedan enfrentar sus propios destinos, la vía para fortalecer sus derechos políticos, económicos, culturales y espirituales, así como la capacidad para mejorar su situación y conseguir la libre determinación y el autogobierno, basado en una educación propia, de respeto a su identidad, a su cultura y a sus conocimientos y saberes indígenas.

É importante balisar, então, nas discussões desse trabalho, a relação entre a entrada dos alunos gavião (assim como outros povos indígenas do Brasil) com as lutas pelo território de suas comunidades, como já pontuamos também sobre a produção dos TCCs desses discentes³.

³ Sobre os temas na produção de TCCs de graduandos indígenas na Unifesspa, ver Lisbôa (2020).

A resistência por meio do ensino superior

Com todas as mudanças impostas aos Gavião ao longo do tempo, de sua sobrevivência girar em torno da defesa e negociação de seus territórios pela cobiça de empresas e a sociedade nacional de forma geral, a necessidade de se apropriar dos conhecimentos do branco tornou-se imperativo. Essa necessidade explica a crescente exigência dos indígenas pela educação dos não-indígenas e, a partir do fim século XX, especificamente pela educação de nível superior.

As disputas por território colocam os indígenas em constante posição de defesa e de luta por direitos em decorrência desse contato sistemático com o homem branco, provocando diversas demandas sociais como a formação acadêmica, de forma a garantir maior autonomia diante das novas dinâmicas que passam a ter os povos indígenas em função desse contato.

Na compreensão de que onde há poder há resistência, visualizamos a preocupação dos indígenas com a formação acadêmica como práticas de resistência dos indígenas nas conformações da atualidade, em respostas aos refinamentos das ações de dominação sobre as populações originárias. Dessa forma, os enunciados das lideranças constroem o sentido de defesa da autonomia de suas comunidades, por meio da formação de profissionais que possam garantir o gerenciamento de suas demandas e concretizar os projetos de sociedades que vêm construindo, fortalecendo alternativas contra os efeitos da biopolítica de morte aplicada aos povos indígenas nesse país desde a colonização.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: **WMF Martins Fontes**, 2010.

LISBÔA, Flávia Marinho. **Língua como linha de força do dispositivo colonial: os gaviões entre a aldeia e a universidade** (Tese de doutoramento). Programa de Pós-graduação em Letras- Universidade Federal do Pará, 2019.

LISBÔA, Flávia Marinho; NEVES, Ivânia dos Santos. Diálogos interculturais: produção de subjetividades no conflito/negociação entre universidade e graduandos indígenas. **Agenda Social**, vol. 14, n.1, p. 107 -118, 2020.

MATO, Daniel [et al.]. **Educación superior y pueblos indígenas en América Latina: experiencias, interpelaciones y desafíos**. Sáenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrer, 2016.

NEVES, Ivânia. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. **Moara**. Vol 43, p. 26-44, 2015.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Povos indígenas e mudança sócio-cultural. 23^a **Anual Latin American**. Gainesville: Universidade da Florida, 1973.

RIBEIRO JUNIOR, Ribamar. Refletindo a noção de "pessoa" a partir dos "grupos" na Terra Indígena Mãe Maria. In: CARVALHO, José Rodrigues de; LIMA, Milton Pereira (Orgs). **História, Cultura, Educação e sentido identitários no Vale do Araguaia Paraense**. Goiânia: Kelps, 2018.